



Ata da 24ª (vigésima quarta) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 7 (sete) de Julho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

Às 17 (dezesete) horas do dia 7 (sete) de julho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente do Vereador Professor Deza Soares e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Nonato; Tia Janne; Valmir Brasil e Zé de Zuza. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada por unanimidade. **EXPEDIENTE:** Item 1: Ofício 59/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em resposta ao Requerimento nº 080/2025, de autoria do Vereador Professor Deza Soares, solicitando recuperação e roço das estradas, inclusive a recuperação das passagens molhadas, que ligam a Sede ao Distrito São Romão, até as imediações do Contínuo; Item 2: Ofício nº 06.030/2025, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em resposta ao Requerimento nº 073/2025, encaminhado pelo Ofício nº 084/2025; Item 3: Ofício nº 75/2025, da Secretaria Municipal de Agricultura, solicitando a cessão do auditório da Câmara Municipal de Altaneira para a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca, no dia 15 de julho pela manhã, para a realização da entrega de títulos de terras aos agricultores contemplados do município de Altaneira/CE e Item 4: Projeto de Lei nº 019/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, que dispõe sobre alterações na Lei nº 964/2025 e adota outras providências. Relator(a) sorteado(a): vereadora Tia Janne. Relatoria aceita pela parlamentar. Seguindo para os registros da Presidência, o Presidente Professor Deza Soares registrou sua participação no I Seminário Estadual das Escolas Legislativas, realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em Fortaleza, sob a organização da ALECE, UNIPACE e UVC. Na ocasião, ressaltou que o Município de Altaneira foi um dos que instituíram sua Escola Legislativa no ano anterior, e informou que as atividades da referida escola serão retomadas no mês de julho, durante o recesso parlamentar. Em continuidade aos trabalhos em prol do fortalecimento do legislativo altaneirense, o Presidente relatou sua visita à sede da União dos Vereadores e Câmaras do Ceará (UVC), acompanhado do advogado e contador Dr. Giordano Mota, assessor da Casa, Dr. Giordano Mota, ocasião em que trataram sobre a iniciativa intitulada “Pacto Câmara Legal – Conselho Tutelar Forte”. Mencionou ainda a homenagem promovida pela Câmara Municipal ao Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial, celebrado em 3 (três) de julho. Ao final, o Presidente apresentou um relatório financeiro detalhado, contemplando as receitas, despesas e investimentos previstos, com destaque para a aquisição de mobiliário, instalação de sistema de climatização, implantação de energia solar e outras melhorias estruturais voltadas ao aprimoramento do funcionamento do Poder Legislativo. Também foi apresentado um relatório das principais ações parlamentares desenvolvidas ao longo do primeiro semestre de 2025 (dois mil e vinte e cinco). **TEMA LIVRE:** O vereador Paulo Robson iniciou sua fala manifestando sentimentos à família do cidadão altaneirense popularmente conhecido como “Amado Toba”, que recentemente faleceu. Em seguida, destacou com orgulho o papel que tem desempenhado ao trazer informações esportivas à Casa Legislativa, valorizando os feitos de atletas altaneirenses que vêm obtendo êxito em diversas modalidades. Assim, registrou a realização da prova de ciclismo “Desafio Terras Altas”, promovida pela Associação de Ciclistas de Altaneira, cujo sucesso superou as expectativas. Aproveitou o momento para divulgar a próxima edição das “3 Horas de MTB de Altaneira”, marcada para o dia 30 (trinta) de novembro, e convidou



os ciclistas locais e regionais a participarem da tradicional competição. O vereador também destacou a atuação da equipe de futebol Juventude, representante da comunidade do Sítio Tabuleiro/Córrego, que chegou à final da Copa Santo Amaro, parabenizando os atletas pelo excelente desempenho. Homenageou ainda o estudante Pedro Henrique, da Escola 18 de Dezembro, que conquistou a quarta colocação na prova de marcha atlética dos Jogos Escolares, categoria de 12 (doze) a 14 (quatorze) anos, representando o município a nível estadual. Também celebrou o desempenho da equipe do Projeto Odins Jiu-Jitsu, que obteve conquistas expressivas em evento realizado no Pernambuco: três medalhas de ouro (Armando, Ana Lívia e Chiquinho) e uma de prata (Cleodimar). Parabenizou os atletas, inclusive o João Raul e Saulo, que também competiram, e agradeceu à Prefeitura Municipal, à Secretaria de Educação, ao comércio local e demais apoiadores, ressaltando a importância do incentivo ao esporte em suas diversas modalidades. Ao encerrar, enfatizou seu compromisso em utilizar seu tempo de fala para compartilhar notícias positivas e contribuir para o desenvolvimento da qualidade de vida dos cidadãos altaneirenses. O vereador Júnior do Povo prestou solidariedade às famílias altaneirenses enlutadas, com destaque para as famílias Félix Cadeira e Martins, em razão do falecimento dos senhores “Amado Toba” e Luiz Martins. Na sequência, relatou e lamentou a negativa de transporte a uma paciente que necessitava realizar um procedimento de saúde na cidade de Aurora, por meio do SUS. Segundo o parlamentar, o transporte foi negado sob a justificativa de que o município altaneirense não é referenciado, o que, em sua visão, configura-se como uma decisão pautada em interesses políticos. Reforçou que o direito ao transporte para procedimentos de saúde deve ser garantido, independentemente do local, e cobrou maior sensibilidade da Secretaria Municipal de Saúde diante das demandas da população. Citou como exemplo os casos de esportistas que utilizam transportes para chegarem aos jogos, porém, segundo ele, a gestão precisa rever suas prioridades, principalmente na questão da saúde. Solicitou, ainda, que a presidência da Casa encaminhe requerimento ao Poder Executivo, requisitando informações detalhadas sobre o caso citado. Em seu entendimento, recursos públicos devem estar a serviço do povo, e decisões administrativas não devem ser contaminadas por disputas político-partidárias. Também afirmou que “não está com ego nenhum”, e quando traz reivindicações à Casa é para a melhorias em prol da população. Reiterou ainda que a paciente em questão estava com uma foto da Prefeita Kesia no perfil da rede social *WhatsApp*. O vereador também solicitou o envio de requerimento à Secretaria de Administração e Finanças, por meio do Departamento de Contratos e Licitações, para que sejam prestadas informações relativas ao processo licitatório de nº 20240628-3, referente à aquisição de alimentos enterais. Alegou não ter encontrado informações atualizadas nos portais oficiais do município nem no Tribunal de Contas. Por fim, também cobrou esclarecimentos sobre a situação da piscina da Escola 18 de Dezembro, cuja obra havia sido anteriormente atestada como concluída, mas que, segundo publicações recentes da gestão municipal, estaria passando por reparos. Questionou se o engenheiro responsável permanece o mesmo da época da entrega da obra, quais medidas estão sendo adotadas pela Secretaria de Educação e se há laudo técnico atualizado que justifique os reparos. Caso sim, solicitou que o documento seja enviado à Casa. Ressaltou que, diante do investimento de recursos públicos, é essencial haver transparência e responsabilidade na condução e fiscalização das obras públicas. A vereadora Tia Janne também solidarizou-se com familiares e amigos do senhor Francisco Félix, popularmente conhecido como “Amado Toba”, por seu falecimento. Após, agradeceu ao colega vereador Zé de Zuza pelo convite aos festejos juninos da comunidade da Taboquinha, parabenizando a todos pela belíssima manifestação cultural realizada na localidade. Destacou ainda sua recente visita, acompanhada da Prefeita Ana Késia, ao Hospital São Camilo, onde se reuniu com os diretores Marcelo Vasconcelos e Dr. Francimar. De acordo com a vereadora, o objetivo do encontro foi buscar melhorias e possíveis ampliações dos serviços de saúde ofertados no município de Altaneira, a fim de evitar que moradores do município precisem se deslocar para outras cidades em busca de cirurgias simples ou atendimentos especializados. A vereadora ressaltou



que, ao contrário do que foi afirmado anteriormente, há histórico de negativas e longas esperas por procedimentos cirúrgicos em gestões anteriores, compartilhando que já foi procurada por diversas pessoas que aguardavam cirurgias há anos, reforçando a importância de ações concretas para a melhoria do sistema de saúde local. Informou, ainda, que também visitou a Policlínica Regional em busca de maior celeridade nos atendimentos especializados, especialmente no que se refere ao atendimento de crianças atípicas, destacando a necessidade de veículos mais adequados para garantir conforto e segurança a esse público. A parlamentar também se posicionou sobre o Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial, destacando que a data deve ser, acima de tudo, um chamado à consciência, à justiça e à ação. Reafirmou seu compromisso com a luta antirracista e sua atuação voltada para a promoção da equidade, do respeito e da valorização de todas as pessoas, independentemente de raça ou cor. O vereador Zé de Zuza também usou seu tempo de fala para externar sentimento de pesar à família do senhor Francisco Félix, conhecido como “Amado Toba”, em razão de seu falecimento. Na sequência, agradeceu aos colegas vereadores que contribuíram com a realização da quermesse em comemoração aos festejos juninos da comunidade da Taboquinha, evento tradicional da localidade. Em aparte, o vereador Paulo Robson agradeceu o convite para participar dos festejos, destacando a relevância do evento não apenas como manifestação cultural, mas também pelo impacto positivo na economia local. Ressaltou que todos os comerciantes da comunidade puderam vender seus produtos, fortalecendo a renda das famílias. Enalteceu o crescimento da festividade de um ano para o outro e colocou-se à disposição para colaborar nas próximas edições, e expressou satisfação por ter sido lembrado, registrando seu carinho pela comunidade. Retomando a palavra, o vereador Zé de Zuza agradeceu a presença e colaboração dos vereadores Paulo Robson, Tia Janne, Valmir Brasil, Professor Nonato e do Presidente Deza Soares, bem como a colaboração do Secretário Municipal de Educação, Professor Adeilton. Estendeu os agradecimentos à comunidade em geral pela participação e ressaltou o empenho do Presidente da ASPROTATA, Tião, que contribuiu significativamente para o sucesso do evento. Ademais, agradeceu à Prefeita Késia, que viabilizou a contratação da banda para a animação da festa, esta sendo o cantor Charles Tocador, artista da própria comunidade da Taboquinha. Concluiu afirmando que foi uma celebração marcada pela alegria e pela valorização das tradições culturais do município. O Vereador Professor Nonato externou votos de pesar pelo falecimento do senhor Francisco Félix (Amado Toba) e do senhor Luiz Martins, este último conhecido por suas habilidades artísticas e pela restauração de fotografias antigas. Em seguida, registrou sua participação nas festividades juninas da comunidade da Taboquinha, agradecendo o convite recebido e destacando sua ligação afetiva com a localidade por meio de sua esposa, natural da região. Reafirmou seu respeito e compromisso com a comunidade, ressaltando a importância de se fazer presente não apenas em momentos de alegria, mas também nos períodos de dor e dificuldade. Em paralelo às discussões levantadas pelo vereador Júnior do Povo, abordou a polêmica envolvendo a piscina da Escola 18 de Dezembro, cuja situação tem sido amplamente debatida nas redes sociais. Criticou a forma como um vídeo foi divulgado pela gestão nas mídias digitais com o objetivo de angariar curtidas, apontando a propagação de informações imprecisas. Reconheceu que há, de fato, problemas estruturais na obra, mas enfatizou que os números apresentados no vídeo — como o suposto gasto de mais de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) apenas na piscina — são distorcidos. O parlamentar esclareceu que os recursos utilizados abrangem diversas melhorias na escola, incluindo a implantação de sistema de energia solar, instalação de climatização em salas de aula e outras obras complementares. Reforçou que a empresa responsável pela obra deverá ser notificada e cobrada, caso não cumpra com as devidas correções, e ressaltou que a transparência é fundamental, uma vez que, segundo ele, é dever da gestão municipal comunicar a verdade à população. Em aparte, o vereador Júnior do Povo reiterou que já havia protocolado requerimentos solicitando informações sobre a obra, inclusive questionando se o mesmo engenheiro que atestou a conclusão da piscina continua vinculado à administração. Criticou



a falta de respostas aos seus requerimentos, em especial aquele referente à relação de veículos locados e próprios da frota municipal, protocolado no dia 21 (vinte e um) de maio e ainda sem retorno oficial. Aproveitou para reforçar a denúncia de negativa de transporte para uma paciente – registrada durante o seu tempo regimental do tema livre – destacando que o pedido era exclusivamente para locomoção e não para o procedimento médico em si. Retomando a palavra, o vereador Professor Nonato reafirmou a importância do compromisso com a verdade, criticando a postura da gestão em disseminar informações distorcidas nas redes sociais. Destacou que, ao invés de promover "likes", a administração deve priorizar o esclarecimento público baseado em fatos. Por fim, informou que o Projeto de Lei referente à valorização da Guarda Municipal, originado a partir de uma indicação de sua autoria, foi retirado pela atual administração. O vereador Paulo Geaneo, assim como seus antecessores, solidarizou-se com as famílias enlutadas dos senhores Luiz Martins e Francisco Félix (Amado Toba), expressando profundo pesar pelas perdas. Na sequência, solicitou à Secretaria Municipal de Infraestrutura providências urgentes para a limpeza da Rua Vereador João Rufino, alegando que, segundo relatos de moradores, a via encontra-se tomada pelo mato, dificultando a circulação. O vereador também comentou a situação da cidadã que teve transporte negado para realização de procedimento cirúrgico na cidade de Aurora. Ressaltou que a paciente, mãe de vários filhos, já havia tentado por diversas vezes realizar a cirurgia e, ao conseguir a marcação, foi impedida de se deslocar por meio do transporte municipal. O parlamentar questionou os critérios da gestão para negativa, especialmente quando se trata de demandas de saúde, afirmando que a perseguição por motivos políticos não pode se sobrepor ao direito à saúde. Em aparte, o vereador Júnior do Povo reforçou a crítica, destacando que se trata de uma grave falha da gestão. Disse que, como profissional da área da saúde, compreende a logística necessária para procedimentos como laqueadura e cesariana, e reforçou que o sistema regional de saúde do Cariri está sobrecarregado, sendo comum o envio de pacientes para cidades vizinhas, como Aurora. Ressaltou que o pedido era apenas pelo transporte, não pelo procedimento em si, e que a recusa configura negligência com os direitos da cidadã. Acrescentou ainda que a justificativa da falta de referenciamento da cidade destino não deve impedir que o paciente exerça seu direito à mobilidade em busca de tratamento, seja em Aurora, Fortaleza ou outra localidade. Retomando a palavra, o vereador Paulo Geaneo reiterou que sempre esteve disponível para colaborar com a gestão e que são raros os projetos do Executivo aos quais votou contra. Criticou o tratamento desigual dado a cidadãos que procuram ajuda em cidades vizinhas, reforçando que uma viagem de Altaneira a Aurora representa um custo baixo para a administração. reafirmou que está pronto para colaborar com qualquer gestor, parlamentar ou liderança política que traga benefícios concretos ao povo altaneirense, independente de bandeiras partidárias. Encerrando, mencionou diversos pedidos que tem feito, como a solicitação ao deputado Fernando Santa de poços artesianos para João Bel (Sítio Poças), para dona Vilanir (Serra do Valério), Zezinho Marino e para diversas outras localidades onde há carência de água e infraestrutura básica. Concluiu destacando que o caso da paciente poderia ter sido resolvido com organização e boa vontade da gestão, e que a falta de atendimento causou um sofrimento desnecessário. O vereador Valmir Brasil agradeceu ao vereador Zé de Zuza pelo convite para participar da celebração da ASPROTATA, na comunidade da Taboquinha, justificando sua ausência por conta de compromissos previamente agendados, ressaltando, no entanto, que contribuiu com o evento de outra forma e que pretende participar nos anos seguintes. Sobre a negativa de transporte para uma cidadã, o vereador se somou à afirmativa da vereadora Tia Janne e relatou que também já enfrentou situações semelhantes em gestões anteriores, inclusive tendo que custear transporte do próprio bolso, taxando a situação como “normal” e tratando ainda das distinções entre vereadores de base e oposição. Também registrou que as justificativas de falta de motoristas e ausência de carros disponíveis – ainda mais se tratando de finais de semana – são comumente utilizadas. Contudo, afirmou acreditar que a gestão da Prefeita Késia fará diferente. Em aparte, a vereadora Tia Janne afirmou que a negativa de ambulância para procedimentos em cidades

Nonato

Júnior do Povo

Paulo Geaneo

Valmir Brasil

Tia Janne

Francisco



não referenciadas já aconteceu diversas vezes, inclusive na gestão passada. Ressaltou que ambulâncias são destinadas a urgências e emergências, e que o deslocamento para outros municípios precisa seguir critérios técnicos e legais. Declarou não ser contra o atendimento, mas reforçou que há limites operacionais que devem ser respeitados. Retomando a palavra, o vereador Valmir tratou sobre a polêmica envolvendo a piscina da Escola 18 de Dezembro, construída na gestão passada. Reforçou que a obra apresenta problemas desde sua entrega, e que a empresa responsável já deveria ter sido acionada. Relatou que diversas falhas foram apontadas anteriormente e lamentou que o debate em torno da obra esteja sendo retomado apenas agora. Acrescentou que, se a empresa está realizando os reparos, é porque reconheceu a responsabilidade. Ainda sobre a negativa do transporte, relembro que, na época de vereador, o Secretário Municipal de Governo, Ariovaldo Soares, diversas vezes trouxe à Casa além de demandas, decisões do Juiz ou Promotor, comprovando o direito do(a) cidadão(ã), situação por ele ainda não vista nessa legislatura. Em aparte, o Vereador Paulo Robson tratou também sobre a piscina da Escola 18 de Dezembro e afirmou que “ninguém nunca atribuiu esse R\$ 1 milhão à piscina”, esclarecendo que esse montante mencionado em discussões anteriores refere-se a todo o conjunto da obra, incluindo refeitório e aquisição de placas solares, inclusive, com recursos provenientes dos precatórios do FUNDEF. Criticou a ausência de planejamento pedagógico que justificasse a construção da piscina em uma escola de ensino fundamental, e reconheceu que a empresa está realizando os reparos sem custo adicional ao município. Destacou, por fim, a importância da atuação fiscalizatória do Legislativo para o bom uso do dinheiro público, afirmando que a união dos vereadores nessa missão fortalece a transparência e a gestão pública. Encerrando sua fala, o vereador Valmir Brasil relembrou que a piscina é uma obra da gestão passada e que já foi amplamente discutida, reiterando que a empresa está realizando os reparos necessários e que, como a obra ainda está sob garantia, cabe à empresa corrigir os erros sem ônus para o município. Finalizou agradecendo ao Secretário Municipal de Infraestrutura pelos reparos realizados na ladeira do Vale do São Romão. A vereadora Professora Ana Maria também abordou a polêmica envolvendo a piscina da Escola 18 de Dezembro, lembrando que foi ela quem inicialmente trouxe o tema à Câmara, após a visita do Secretário de Educação ao local, momento no qual o gestor, de acordo com a vereadora, fez um “desabafo” nas salas de aula e “condenou” a piscina, afirmando, também em salas de aula, que o objeto não possuía “nenhuma serventia”. A nobre afirmou ainda que recebeu reclamações de pais de alunos sobre a forma inadequada desse pronunciamento por parte do gestor da pasta da educação. Destacou que sua intenção sempre foi promover o bom uso do espaço e cobrar soluções para os problemas identificados, salientando que encaminhou requerimento solicitando informações sobre a situação da piscina, bem como seu laudo técnico, que apresentou diversos defeitos. Informou que recebeu resposta do Poder Executivo, que confirmou a existência de falhas na estrutura da piscina, inclusive com envio de imagens ilustrando os danos. Com o ofício resposta em mãos, registrou que a gestão comunicou que já encaminhou notificação à empresa responsável, solicitando os devidos reparos, e que o laudo técnico está em fase de elaboração. A vereadora ressaltou que conversou pessoalmente com o responsável pela empresa, que garantiu que os reparos estão sendo providenciados e serão executados sem custo para o município, uma vez que a obra ainda está sob garantia. Reiterou que, mais do que resolver os problemas estruturais, é essencial que a Secretaria de Educação elabore projetos pedagógicos específicos para que a piscina possa ser utilizada de forma educativa e segura, favorecendo o desenvolvimento das crianças e adolescentes da rede municipal de ensino. Abordando outro tema, relatou um episódio ocorrido no final de semana, quando foi procurada por uma cidadã que precisava de transporte para levar seu pai – que estava acamado, acometido por um AVC – a uma consulta médica em Altaneira. Lamentou não ter conseguido atender o pedido por não ter visto a mensagem a tempo, e informou que a cidadã teve que pagar por um transporte, o que, novamente de acordo com a parlamentar, revela a dificuldade de acesso da população a serviços básicos, como transporte para saúde. Para mais, assim como os



oradores que lhe antecederam, a parlamentar registrou sentimento de pesar às famílias enlutadas, em especial à família da Sra. Rosária, do Sr. Francisco Félix (popularmente conhecido como "Amado Toba") e do Sr. Luiz Martins, desejando conforto espiritual a todos os familiares e amigos. Em aparte, o vereador Paulo Geaneo fez um desabafo a respeito de comentários proferidos por alguns parlamentares da base de situação em relação à atuação dos vereadores de oposição. Observou que, por vezes, parece haver uma expectativa de que os vereadores opositoristas adotem uma postura meramente contrária. No entanto, afirmou torcer pelo sucesso da administração municipal, destacando que sua atuação está firmemente pautada no compromisso com o desenvolvimento de Altaneira e com a melhoria da qualidade de vida da população, independentemente de alinhamentos políticos. Lamentou, assim, que alguns vejam com estranheza ou incômodo quando um vereador da oposição manifesta apoio a matérias que considera benéficas para o município. Por fim, compartilhou experiências pessoais, recordando que, em momentos de necessidade, assim como o vereador Júnior do Povo e o ex-vereador Ariovaldo Soares, chegou a arcar com transporte de cidadãos, que votaram nele, com recursos próprios, inclusive fazendo fretes com valor elevado — chegando a pagar até mais de R\$ 1.000 (mil reais) — quando não havia apoio da gestão. Afirmou que, mesmo assim, sempre tentou atender a população com dignidade e solidariedade. Em outro aparte, o vereador Júnior do Povo respondeu à vereadora Professora Ana Maria, reconhecendo que a questão da piscina surgiu a partir de sua iniciativa, mas reforçou que o problema precisa, sim, ser resolvido, independentemente de quem foi o gestor na época. Segundo ele, o que importa é que o dinheiro foi público e, portanto, é obrigação da gestão consertar o erro. O vereador também questionou a credibilidade dos laudos técnicos feitos pelo mesmo engenheiro em diferentes momentos, destacando que não faz sentido ele ter atestado antes que a obra estava certa e agora dizer que está errada. Criticou o pagamento de altos valores — cerca de R\$ 12 (doze) a R\$ 20.000 (vinte mil reais) — para o engenheiro responsável, que é o mesmo que atuou na obra durante a gestão passada. Corroborando a fala do vereador Júnior do Povo, a vereadora Professora Ana Maria reafirmou a importância da união entre os vereadores em prol do povo altaneirense. Ressaltou que, diferentemente da legislatura anterior, atualmente ocupa uma cadeira no Plenário, o que tem lhe proporcionado uma valiosa oportunidade de aprendizado junto aos colegas parlamentares. A vereadora registrou que espera aplicar todo esse aprendizado em benefício da população de Altaneira, destacando, em suas palavras, que “está aqui para isso”, uma vez que foi eleita pelo povo. Reiterou, ainda, que, durante todo o seu mandato, tomará apenas decisões que visem o bem-estar da população do município. O vereador Professor Deza Soares iniciou sua fala prestando condolências às famílias altaneirenses que enfrentam perdas recentes, destacando a relevância cultural do artista local “Amado Toba” para o município. Em seguida, parabenizou a associação ASPROTATA pela realização do evento junino e lamentou não ter podido comparecer, embora tenha justificado sua ausência. Abordando a polêmica envolvendo a construção da piscina da Escola 18 de Dezembro, ressaltou que é necessário esclarecer exageros sobre os custos divulgados. Segundo ele, o valor citado por alguns, de mais de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais), é incompatível com o gasto real de cerca de R\$ 400 (quatrocentos) e menos de R\$ 500.000 (quinhentos mil reais), conforme informado pelo vereador Professor Nonato. Defendeu ainda que erros na execução da obra devem ser corrigidos sem prejuízo ao município, e que a responsabilidade deve recair sobre a empresa executora, afirmando ainda que o engenheiro atua também como fiscal da obra, logo, seu dever é também verificar erros. No ensejo, lembrou que houveram erros na construção da atual sede do Poder Legislativo, porém, ele próprio identificou e o responsável pela empresa fez as correções necessárias sem que isso implicasse qualquer ônus para a Câmara. Destacou que esse deve ser o padrão de conduta e que o foco, segundo ele, deve ser garantir as correções necessárias sem prejuízo ao município, uma vez que a responsabilidade é da empresa, e garantir também benefícios concretos para os estudantes. Na sequência, o vereador destacou um relatório do Tribunal de Contas do Estado do Ceará que aponta 25 (vinte e cinco) Câmaras e 22

Assessor

Júnior do Povo

Deza Soares

Nonato

Assessor



(vinte e duas) Prefeituras com pendências no envio de relatórios fiscais. Com satisfação, informou que tanto a Câmara quanto a Prefeitura de Altaneira não estão entre os órgãos que descumpriram essas obrigações, o que considerou um feito importante a ser reconhecido. Por fim, anunciou que Altaneira sediará, em setembro, um seminário sobre a inclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo dos 8º (oitavo) e 9º (nono) anos do Ensino Fundamental. A iniciativa, articulada pelo Professor Nicolau, originalmente seria realizada em Nova Olinda, mas foi transferida para Altaneira com o apoio da Câmara Municipal, que cedeu o espaço. Também reforçou que no próximo dia 15 (quinze) ocorrerá o encontro, da Secretaria Municipal de Agricultura, para a entrega de títulos de terra a agricultores locais, também na sede da Câmara. Fazendo uso do seu tempo de liderança, o vereador Professor Nonato parabenizou a atual gestão da Câmara Municipal por manter a instituição fora da lista de órgãos inadimplentes ou com problemas financeiros, estendendo os elogios também à gestão anterior, que igualmente se manteve regular. Em seguida, fez um requerimento verbal ao Secretário Municipal de Infraestrutura, solicitando a reposição da iluminação pública em frente às residências da senhora Ritinha, e da Secretária Municipal de Assistência Social, locais onde os moradores costumam se reunir. Segundo o vereador, há cerca de três meses as luzes da área estão apagadas, incluindo o trecho em frente à casa de sua mãe, cobrança por ele já realizada anteriormente. O vereador também destacou com satisfação a conquista da promessa de um trator para a comunidade do Vale do São Romão, por meio de articulação conjunta com a vereadora Professora Ana Maria, o Dr. Sérgio, o Prefeito Salviano e o deputado estadual Dr. Marcos Sobreira, conforme anunciado na sessão anterior. A promessa do equipamento, segundo ele, foi atendida de forma mais rápida do que o esperado e será recebido oficialmente das mãos do Governador Elmano de Freitas e do Deputado Dr. Marcos Sobreira nesta quarta-feira. O parlamentar enfatizou que a máquina será essencial para a agricultura local, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores do Vale, especialmente na geração de renda. Acrescentou ainda que a ação não terá custo para o município, sendo resultado de articulação política eficaz. Diante disso, lembrou as conquistas do grupo de oposição para o município nos últimos seis meses, dentre elas: 25 (vinte e cinco) kits sanitários, R\$ 290.000 (duzentos e noventa mil reais) na conta da saúde, um trator para o Vale do São Romão e, de antemão, anunciou que um amigo irá designar 200 (duzentas) cestas básicas para as famílias altaneirenses. Reiterou que as ações não pararão e que seu grupo continuará na luta em prol do município. **ORDEM DO DIA:** Item 1: Projeto de Lei nº 025/2025, de autoria do Poder Executivo, que prorroga a vigência do Plano Municipal de Educação de Altaneira - CE, aprovado por meio da Lei Municipal nº 637 de 10 de junho de 2015. O Presidente lembrou que a matéria está com um pedido de vista do vereador Júnior do Povo e que o mesmo protocolou duas emendas de Plenário. Esclareceu também que a matéria foi sorteada e que não houve emissão do parecer. Registrou ainda a apresentação de uma emenda de Plenário de sua autoria, que propõe que a vigência do plano seja prorrogada de forma clara até 31 (trinta e um) de dezembro do corrente ano. De acordo com o vereador, o texto original enviado pelo Executivo não especifica o prazo da vigência, o que poderia gerar interpretações equivocadas — inclusive, segundo ele, algumas críticas e confusões já haviam surgido por esse motivo. Informou ainda que alguns municípios esclareceram depois que o prazo é até o mês de dezembro, contudo, ainda assim, ressaltou a importância de o prazo ser fixado, fato que não ocorreu. Explicou também que sua emenda que visa estabelecer o prazo até dezembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco) segue o exemplo de outros municípios, como o Crato, que definiram uma data clara para a prorrogação. Porém, analisando as emendas apresentadas pelos vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo, Professora Ana Maria e Professor Nonato, entendeu que a emenda por ele apresentada está mais “rígida”, haja vista que os vereadores mencionados propuseram um prazo de 12 (doze) meses. Desse modo, por entender que esse prazo fica mais coerente — inclusive tendo pensado em propor também os doze meses, porém não os fez por ter se fundamentado em outros municípios. O vereador Paulo Robson registrou entender ser mais coerente e justo, já que já



estamos no meio do ano. Por todo o exposto, o vereador Professor Deza Soares retirou a sua emenda. Registrou ainda que o seu entendimento é que a matéria deve retornar à Comissão Permanente e a sessão deve ser suspensa por um tempo de dez minutos para a elaboração do parecer. O vereador Paulo Robson lembrou que a matéria foi sorteada, e não encaminhada à Comissão. Assim, as emendas foram postas em discussão. O vereador Júnior do Povo desculpou-se com o vereador Professor Deza Soares por não ter incluído seu nome como subscritor da emenda. Informou que, após conversar com os demais vereadores, houve consenso quanto à retirada da emenda apresentada por seu grupo, uma vez que o vereador Professor Deza Soares — que foi coautor do Plano em 2015 (dois mil e quinze) — já havia apresentado uma emenda com o mesmo objetivo. Assim, considerando seu próprio entendimento, o dos colegas e, se houver concordância do Professor Deza, decidiram retirar a emenda e apoiar a proposta apresentada por ele. O Presidente Professor Deza Soares explicou que é direito dos vereadores retirarem a emenda e que respeita isso. Porém, registrou que, na sua opinião, o mais correto é fixar um prazo de doze meses para a prorrogação do Plano Municipal de Educação. Arguiu que essa opção é melhor, pois dá tempo suficiente para o Executivo elaborar o novo plano e evita desculpas futuras. Por isso, decidiu retirar sua emenda, que previa apenas seis meses de prazo, e apoiar a proposta de um ano de prorrogação. Nessa linha, o vereador Júnior do Povo solicitou a assessoria que incluísse o nome do vereador Professor Deza Soares como subscritor da emenda. Após o Presidente anunciar que as emendas que passaram a ser discutidas serão as seguintes: Emenda nº 1: “Propõe acrescentar ao Art. 2º - § 1º - A elaboração do Plano Municipal de Educação deverá contar com a ampla participação da sociedade civil mediante realização de audiências públicas, escuta de professores, estudantes, pais e demais atores da comunidade escolar”. Emenda nº 2: “Fica prorrogado até a promulgação do novo Plano Municipal de Educação 2024-2034, limitando o prazo máximo de 12 meses a vigência do Plano Municipal de Educação 2014-2024”. Tendo o vereador Júnior do Povo feito pedido vista ao projeto, fez uso da palavra para esclarecer que sua solicitação foi fundamentada no artigo 321 (trezentos e vinte e um) do Regimento Interno, que garante ao vereador o direito de solicitar vista quando houver dúvidas sobre o conteúdo de um projeto. Desculpou-se e reconheceu que, por um equívoco, não havia se atentado ao projeto que, por sorteio, ficou sob sua relatoria, principalmente devido ao grande volume de matérias e emendas em tramitação na Comissão, como as relacionadas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O vereador justificou ainda que a solicitação não teve qualquer motivação política ou intenção de atrasar o processo, mas sim a necessidade de compreender melhor o conteúdo do plano, que possui mais de 150 (cento e cinquenta) páginas. Lembrou que a maioria dos vereadores atuais não participou da votação do plano original, aprovado em 2015 (dois mil e quinze), e destacou a importância de se analisar a aplicabilidade e a situação atual desse plano antes de aprovar sua prorrogação. Destacou ainda que o pedido de vista permitiu tempo para incluir duas emendas importantes – estas já citadas pelo Presidente Professor Deza Soares –, e enfatizou que não está na Câmara para aprovar projetos do Executivo “de forma automática”, sem a devida análise. Em seguida, o Presidente novamente esclareceu sobre prorrogação e vigência do Plano, e pontuou a importância de os parlamentares ficarem mais atentos às matérias que lhe são sorteadas. Na discussão da matéria, o vereador Paulo Robson, na condição de Presidente da Comissão Permanente, esclareceu que o projeto em discussão foi a primeira matéria a seguir a nova regra de sorteio da relatoria, adotada para evitar atrasos e garantir mais transparência no processo legislativo. Assim, a matéria em questão não passou pela Comissão, sendo encaminhada diretamente ao relator sorteado, o vereador Júnior do Povo. Segundo ele, o objetivo da nova resolução era justamente evitar atrasos e bloqueios sistemáticos da pauta, mas o que se vê, segundo suas palavras, é a repetição de práticas que prejudicam tanto o Executivo quanto o próprio Legislativo. Desse modo, criticou o fato de o relator ter pedido vistas mesmo tendo tido acesso ao projeto por mais de 20 (vinte) dias. Lamentou que, apesar de justificativas, a impressão passada à população é a de uma tentativa deliberada de atrapalhar os trabalhos da Câmara. Ressaltou

Deza Soares

Júnior do Povo

Paulo Robson

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]



que o projeto em questão é simples, composto por apenas três artigos, e não justificaria tanta demora. O vereador também apontou contradições por parte do vereador Júnior do Povo, que inicialmente se recusou a participar do sorteio de relatorias, mas depois aceitou e, inclusive, permaneceu como relator da Comissão. Criticou o que chamou de "politicagem" e "tentativas de aparecer", enfatizando que o Legislativo deve manter o foco em propostas e ações que realmente beneficiem o povo de Altaneira. Reiterou que a matéria não passou pelo crivo da Comissão, e que ele tem se esforçado para dar celeridade ao trabalho legislativo, inclusive se reunindo com antecedência nas sextas-feiras para revisar os projetos. Finalizou indicando voto favorável à matéria e solicitando que as emendas ao projeto fossem colocadas em destaque para também serem votadas nessa sessão. O vereador Júnior do Povo se dirigiu ao Presidente da Comissão Permanente, vereador Paulo Robson, "sem ataques", e afirmou acreditar que o colega possui "déficit de atenção em escutar", pois, lembrou que iniciou sua fala pedindo desculpas pela situação que, segundo ele, "passou por um colapso e por entender que a Comissão Permanente, na sua penúltima reunião, foi cheia de emendas". Ele afirmou que sua postura não é motivada por busca de popularidade ou "likes", como faz o colega vereador Paulo Robson que, novamente de acordo com ele, "usa, e diz que é transparência em vídeos da Comissão Permanente (...) de 100 (cem) falas, 99 (noventa e nove) é o meu nome". Reforçou que sua atuação é pautada na responsabilidade e transparência, e que sua preocupação é com o bom andamento do projeto discutido e reiterou que não está na Casa para atrapalhar os trabalhos. Em relação às emendas apresentadas, destacou que foram construídas com base na necessidade do projeto, não por vaidade pessoal e solicitou que as mesmas sejam votadas em destaque. Pela ordem, o vereador Paulo Robson registrou que o colega vereador Júnior do Povo demonstra uma capacidade técnica que vai além de sua formação como técnico em enfermagem, chegando inclusive a emitir um "laudo" sugerindo que ele teria déficit de atenção. Diante disso, afirmou que iniciará uma investigação pessoal sobre a possibilidade de ser neuroatípico considerando históricos familiares, mas ressaltou que esse tipo de diagnóstico deve ser tratado com seriedade. Ademais, declarou que não sente satisfação em mencionar o nome do colega em seus discursos em busca de "likes" e, ao contrário, acredita até perder engajamento quando o faz. Não havendo mais discussão sobre a matéria, o Presidente esclareceu que, inicialmente, seria votado o projeto de lei e, em seguida, as emendas. Informou ainda que, por se tratarem de emendas apresentadas em Plenário, a votação ocorreria de forma nominal, e não pelo sistema eletrônico. Desse modo, o projeto foi colocado em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Após, as emendas também foram postas em votação da forma já explicada e igualmente aprovadas por unanimidade. Item 2: Parecer 001/2025, de autoria da Vereadora Tia Janne, referente ao Projeto de Lei nº 026/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos Conselheiros Tutelares do Município de Altaneira e dá outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, a vereadora Tia Janne destacou a relevância do trabalho desempenhado pelos conselheiros tutelares no município. Ressaltou que cada conselheiro atua como um verdadeiro defensor dos direitos das crianças e dos adolescentes, sendo os olhos e ouvidos da comunidade, e que sua atuação tem como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura a prioridade absoluta a esse público. A vereadora lembrou, ainda, que no dia 3 (três) de junho celebrou-se a criação do ECA, um marco fundamental para a proteção da infância e da juventude no Brasil. Enfatizou, portanto, que é dever desta Casa reconhecer, valorizar e apoiar o colegiado dos conselheiros tutelares. Concluiu com um apelo aos parlamentares: que todos, na condição de representantes do povo, atendam com atenção às demandas apresentadas pelo Conselho Tutelar, pois, ainda de acordo com ela, proteger nossas crianças e adolescentes é cuidar do presente e garantir um futuro melhor para o município. Durante a discussão da matéria, o vereador Júnior do Povo ressaltou que votava com honra no referido projeto de lei, por considerá-lo de grande relevância e uma forma legítima de valorização dos conselheiros tutelares. Destacou que sempre defendeu uma remuneração justa para aqueles que



passam por um processo rigoroso de seleção. Segundo o parlamentar, enquanto os vereadores são testados apenas pelo voto popular, os conselheiros passam por uma etapa de prova antes mesmo de se submeterem ao crivo da população. Parabenizou os conselheiros pela conquista, afirmando acreditar que o resultado se deu por meio de um esforço coletivo, fruto do diálogo entre os conselheiros e a gestão municipal. O vereador Professor Nonato solicitou que fosse consignado em ata seu compromisso contínuo com as votações que visam o benefício do povo de Altaneira. Afirmou que não poderia agir de forma diferente em relação à valorização dos conselheiros tutelares, considerando justo e necessário garantir-lhes uma remuneração mais digna. Reforçou sua postura de oposição responsável, afirmando que o povo de Altaneira não deve ser penalizado pelas ações da administração municipal, tampouco pelas decisões dos parlamentares. Nesse sentido, defendeu que a atuação política deve ser pautada pela inteligência e pela consciência de que o verdadeiro partido de todos é o povo. Saudou todos os conselheiros tutelares e declarou seu voto favorável à matéria, ressaltando que uma melhor remuneração resulta em mais qualidade de vida para os trabalhadores que se esforçam diariamente para sustentar suas famílias. Por fim, afirmou que tanto os conselheiros quanto outros profissionais do município são merecedores de reconhecimento, lamentando que não estivesse em pauta também a gratificação dos guardas municipais e dos motoristas, registrando que esta última foi retirada pela própria gestão municipal. O vereador Valmir Brasil parabenizou todos os conselheiros tutelares e a gestão municipal pela adesão ao projeto de indicação de autoria da vereadora Tia Janne, o qual deu origem ao projeto de lei em discussão. Ressaltou que já houve outras oportunidades para deliberar sobre o reajuste dos conselheiros, mas destacou que "tudo acontece no seu tempo". O parlamentar registrou ainda que é em matérias como essa que vota "sim" com grande satisfação. A vereadora Professora Ana Maria também registrou, com satisfação, seu voto favorável ao projeto, reconhecendo, em suas palavras, o árduo trabalho desenvolvido pelos conselheiros tutelares. Enfatizou que essa é uma função que merece maior reconhecimento e incentivo por parte do poder público e da sociedade. O Presidente Professor Deza Soares também se manifestou, afirmando que, caso fosse necessário o seu voto, este seria favorável. Parabenizou a vereadora Tia Janne, autora do projeto de indicação que originou a matéria, e estendeu os cumprimentos a todos os conselheiros tutelares, ressaltando que todos são merecedores da valorização proposta. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pelos Parlamentares presentes no Plenário. Item 3: Projeto de Lei nº 027/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre alteração da Lei 622/2014, que trata sobre Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, e adota outras providências. Após o anúncio da matéria, a mesma foi posta em discussão e, não havendo, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pelos Parlamentares presentes no Plenário. Item 4: Projeto de Indicação nº 011/2025, de autoria do Vereador Professor Nonato, que autoriza o Chefe do Poder Executivo e Legislativo Municipal a conceder 01 (um) dia de folga aos servidores públicos do Município de Altaneira-CE na data de seus respectivos aniversários, e dá outras providências. Tendo o vereador Paulo Robson feito pedido de vista à matéria, utilizou a palavra para registrar que, mesmo tratando-se de uma indicação, costuma dar a devida atenção, por isso fez a solicitação. Referindo-se ao mérito da proposta, que sugeria a concessão de um dia de folga aos servidores públicos do município, afirmou que buscou fundamentação para justificar seu posicionamento e que, embora tivesse o desejo de apoiar a concessão, entendeu que se trata de um privilégio que, como outros já propostos anteriormente, acaba por comprometer o interesse público. Informou que consultou a Procuradoria Municipal, a qual confirmou a complexidade da aplicação da medida para o município. Dessa forma, para manter a coerência com sua postura e por não encontrar amparo legal que justificasse a concessão do benefício, declarou seu voto contrário à matéria. O vereador aproveitou para destacar a importância de se discutir privilégios nesta Casa, especialmente ao lembrar que os mesmos parlamentares, há pouco tempo, se posicionaram contra direitos dos servidores, como o adiantamento do 13º (décimo



terceiro) salário, o auxílio deslocamento dentro do próprio município e o pagamento de diárias após deslocamentos superiores a seis horas. Por fim, pontuou que tais mudanças de postura ocorreram após os resultados eleitorais recentes, saudando os que, agora, "estão com os olhos piamente abertos em defesa do servidor público". O vereador Professor Nonato, autor da matéria, declarou que, quando afirma que "as ações políticas de Altaneira só mudam de nome", é porque percebe isso nas atitudes e nas falas dos vereadores que hoje fazem parte da bancada de situação. Registrou que nunca escondeu que seus votos são baseados em sua própria opinião, e defendeu que o servidor que faz concurso em Altaneira sabe das condições e não há obrigação do município pagar diárias para quem vem de outras cidades como Farias Brito, Nova Olinda ou Crato. Desafiou que se verifique nos registros da Prefeitura se alguma professora — citando o caso específico de uma servidora cujo marido é advogado — já recebeu alguma diária do município. Lembrou ainda o projeto que tratava da antecipação do 13º (décimo terceiro) salário, afirmando que se absteve naquela votação porque continua achando que a medida não é correta. Destacou que, antes, quem "votava contra os servidores" eram os vereadores que hoje estão na oposição, mas que agora, quem tem manifestando vontade de votar contra são os vereadores da base da prefeita Ana Késia — mesmo afirmando que aprenderam com os erros do passado cometidos pela antiga situação. Finalizou registrando que, "graças a Deus, todos estamos agora contemplados pelas mesmas ações nesta Casa", referindo-se à votação contrária ao projeto que sugeria a concessão de um dia de folga aos servidores. Enfatizou que nenhum dos que votaram contra poderá afirmar, com legitimidade, que não votou contra o servidor público. Acrescentou que este é o segundo projeto de sua autoria que, segundo ele, a Prefeita teria influenciado para ser rejeitado, sob a justificativa de que não admite que um vereador da base de oposição proponha medidas que beneficiem os servidores municipais. O vereador Júnior do Povo parabenizou a defesa do colega vereador Professor Nonato e, após, relembrou que não participou diretamente da votação sobre a antecipação do 13º (décimo terceiro) salário e das diárias, pois, à época, estava licenciado para exercer o cargo de secretário de Saúde. No entanto, reconheceu que fazia parte do grupo político responsável pelas decisões e, por isso, compartilha da responsabilidade. Ainda assim, criticou o discurso de alguns parlamentares que, segundo ele, tentam justificar o injustificável, dizendo apenas: "você erraram, então nós também vamos errar". Afirmou nunca ter tido parentes empregados na gestão pública, nem na administração anterior nem na atual, e sugeriu que alguns votos podem estar sendo influenciados pelo desejo de manter parentes empregados em cargos comissionados. Reiterou que a proposta em discussão tem o objetivo único de beneficiar os servidores públicos, especialmente considerando a realidade atual, em que uma simples ida ao banco pode consumir o dia inteiro — e ainda ser descontado do salário do servidor. Mencionou sua própria situação, destacando que não se beneficiaria da medida, pois, por força de uma liminar permanente, atualmente está lotado no hospital municipal, ainda que a gestão tenha tentado transferi-lo para o PSF da comunidade de Tabuleiro. Por fim, defendeu que esta Casa Legislativa deve assegurar aos servidores o direito de resolverem questões pessoais sem que isso represente perda salarial. O vereador Valmir Brasil, ao responder à afirmação do vereador Professor Nonato de que os vereadores da base teriam votado contra os servidores, solicitou que o colega indicasse onde isso teria ocorrido, pois afirmou não se lembrar de ter adotado tal postura. Em aparte, o vereador Paulo Robson lembrou que o que estava em discussão era o mérito de conceder uma folga no dia do aniversário do servidor público. Reconheceu que o projeto de indicação era legítimo, mas apontou que existe uma narrativa injusta contra a atual administração, acusando-a de ser contra o servidor público. Para contrariar essa ideia, citou algumas ações realizadas nos últimos seis meses, como: o reajuste salarial concedido em tempo hábil, com pagamento retroativo; a garantia de planejamento domiciliar aos professores; o cumprimento do reajuste para todas as categorias; e a criação de oportunidade de ampliação de carga horária para professores efetivos, por meio de seleção justa, sem necessidade de intervenção judicial. Defendeu ainda que é preciso cautela nas falas e destacou que sua conduta difere da de quem antes ocupava a liderança da base de situação.



Reiterou que, embora desejasse poder conceder a folga aos servidores no dia do aniversário, entende que, neste caso, tal benefício comprometeria o bom funcionamento do serviço público, razão pela qual justificou seu voto contrário anteriormente. Retomando a palavra, o vereador Valmir Brasil reforçou que sempre defendeu os servidores públicos, inclusive por fazer parte da categoria. Relembrou ter sido perseguido no período em que deixou a base de situação para integrar a oposição, e registrou que a discussão se desviou do objetivo principal da matéria e também do que prevê o Regimento Interno da Casa. A vereadora Tia Janne, dirigindo-se ao vereador Professor Nonato, que, segundo ela, estaria acusando os vereadores da base de situação de votarem contra os servidores, afirmou que sua intenção “não é essa” e que votaria contra a proposta por questão de bom senso. Ressaltou que é servidora pública, mas que acredita existirem outras formas de beneficiar e valorizar os servidores. Confirmou ainda que conhece famílias que, na época do precatório, tiveram seus direitos negados e que lhe pediram para não votar contra os servidores. Reiterou ter presenciado a “desmotivação gerada quando esta Casa votou contra o precatório”. Em aparte, o vereador Paulo Geaneo relatou que, em seu primeiro mandato, como “marinheiro de primeira viagem”, votou conforme a vontade de outras pessoas, aprovando projetos que retiravam direitos, atitude da qual se arrepende até hoje. Afirmou que, durante a campanha eleitoral, ouviu os cidadãos e reconheceu ter agido errado, saindo “de cabeça baixa” da casa dos eleitores. Contudo, afirmou que atualmente vota conforme sua própria consciência e que quem tentar influenciar seu voto “estará perdendo tempo”, pois ele explica suas decisões diretamente aos seus eleitores. Assegurou que, embora tenha retirado direitos no passado, não o fará mais, pretendendo apenas conceder direitos, manifestando, assim, voto favorável à matéria. Retornando à palavra, a vereadora Tia Janne esclareceu novamente que não está votando contra os servidores, pelos motivos já expostos anteriormente. Retomou o tema do precatório, afirmando que ainda recebe relatos de pessoas lamentando por não terem recebido esses recursos no passado. Destacou que um dos primeiros atos da atual gestão foi realizar o referido pagamento, e informou que, neste mês de julho, a administração também efetuará o pagamento dos servidores temporários e bolsistas. Finalizou afirmando que “é fácil criticar, mas não se vê os benefícios que têm sido realizados pela gestão”. O vereador Professor Nonato solicitou que fosse consignado em ata que tem apreço por todos os vereadores desta Casa, mas ressaltou que não é ele, assim como não era o ex-vereador Ariovaldo Soares, quem coloca os parlamentares contra o povo, e sim os votos deles. Pontuou que o que realmente importa não são as palavras ditas em Plenário, mas sim o voto registrado. Esclareceu que, se o projeto for rejeitado, os servidores não terão direito ao dia de folga, pois os vereadores terão votado contra. Relembrou ainda que alguns vereadores votaram contra o projeto de indicação da vereadora Professora Ana Maria, que visava conceder um dia de folga para o servidor público resolver assuntos bancários. Também destacou que ainda há pendências importantes, como o enquadramento no Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações (PCCR) dos servidores e o pagamento do salário do mês de dezembro. Informou que votará para uma nova Mesa Diretora em dezembro de 2026 (dois mil e vinte e seis) e afirmou que acredita apenas nas ações concretas, não em promessas futuras. Finalizou ressaltando que, além do voto favorável e contrário, existe a possibilidade de abstenção, mas que esta, em sua opinião, geralmente é utilizada por quem “quer se esconder de alguma coisa”. Não havendo mais discussão sobre a matéria a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo obtido o seguinte resultado: vereadores: Júnior do Povo, Paulo Geaneo, Professor Nonato e Professora Ana Maria: votos favoráveis. Vereadores: Paulo Robson, Tia Janne, Valmir Brasil e Zé de Zuza: votos contrários. Havendo empate, o Presidente Professor Deza Soares justificou seu voto afirmando que tem satisfação em dizer que nunca votou de acordo com conveniências ou pressões externas. Relembrou que já votou contra matérias do próprio grupo político, atitude que gerou desentendimentos, mas que nunca o fez “baixar a cabeça”. Destacou que a matéria em questão trata-se de um projeto de indicação e que, com satisfação, a Câmara Municipal concederá o benefício aos servidores, pois não há nenhum

Assessor

Professor Nonato

Paulo Geaneo

Tia Janne

Professor Deza Soares

Paulo Robson

Professor Deza Soares



impedimento de ordem regimental que possa atrapalhar os trabalhos da Casa. Ressaltou que cabe ao Poder Executivo decidir sobre a viabilidade do benefício, uma vez que, como mencionado anteriormente, se trata de uma indicação — e não de uma obrigação imposta pelo Legislativo ao Executivo — que, se aprovada, deverá ser analisada pela administração municipal. Nesse sentido, solicitou que, havendo possibilidade, o Executivo avalie e conceda o benefício, ressaltando a importância da data de aniversário para o servidor. Destacou ainda a fala do vereador Professor Nonato, que mencionou a existência dessa política em Juazeiro do Norte, reforçando a crença de que Altaneira também possa adotá-la. Por todo o do exposto, manifestou seu voto favorável à matéria. Matéria aprovada pela maioria. Item 5: Parecer 001/2025, de autoria do Vereador Zé de Zuza, referente ao Projeto de Lei nº 016/2025, de autoria do Vereador Professor Nonato, que dispõe sobre a proibição do fornecimento, comercialização e da circulação de bebidas em recipientes de vidro nos espaços e eventos públicos do Município de Altaneira-CE e dá outras providências. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, realizada pelo relator, vereador Zé de Zuza, o vereador Paulo Robson, que havia solicitado vista à matéria, destacou que esta é uma oportunidade para o diálogo, ressaltando também a importância do Plenário para o debate democrático. Relembrou que, na discussão anterior, o vereador Professor Nonato fez algumas observações das quais se sentiu atingido, em referência às afirmações de que os vereadores poderiam votar conforme conveniência ou “a pedido de ‘a’ ou de ‘b’”. Em resposta, externou ao colega que, enquanto parlamentar, seus votos serão sempre guiados por suas próprias convicções. Esclareceu que é natural ouvir os amigos e consultar pessoas que considera importantes e que possam contribuir, mas reforçou que o voto é individual e deve ser respeitado com tal. Por fim, registrou que, além de sua resposta verbal às afirmações do colega, também se manifestou com sua atitude, depositando seu voto favorável e felicitando o autor da matéria pela iniciativa. Fazendo a defesa da matéria, o vereador Professor Nonato inicialmente agradeceu ao Presidente pelo voto decisivo na aprovação do item anterior. Esclareceu que a matéria tratava-se apenas de uma indicação, ou seja, um requerimento que cabe ao Poder Executivo decidir se acata ou não, ressaltando que “nosso voto reflete aquilo que o coração pede que a gente vote”. Em aparte, o vereador Zé de Zuza retomou a discussão da matéria anterior e esclareceu que não votou contra os servidores, utilizando uma situação hipotética: “Imagine que a Prefeitura tem 500 (quinhentos) funcionários e, desse número, vamos supor que 30 (trinta) ou 40 (quarenta) fazem aniversário no mesmo dia. Agora, imaginem o impacto para a gestão com a ausência dessa quantidade de funcionários”. De volta à palavra, o vereador Professor Nonato informou que a cidade de Juazeiro do Norte conta com **303.004** (trezentos e três mil e quatro) cidadãos, quase 4.000 (quatro mil) professores, e lá não houve problemas com a aplicação da lei que prevê o benefício. Contudo, ressaltou que “a justificativa, o entendimento e a fala são de cada parlamentar”, demonstrando compreensão pelas diferentes posições. Externou ainda que “é muito bom quando se vota com convicção, e ruim quando não se vê convicção nem mérito na natureza essencial dos projetos”. Sobre a matéria em discussão, registrou que a ideia do projeto surgiu após uma noite de festa na cidade, quando, estando em casa, soube que a guarda estava trabalhando e houve um incidente envolvendo um jovem chamado Robson, que foi atacado por outra pessoa com um gargalo de garrafa na saída do banheiro. Afirmou que, apesar de ter ocorrido na rua, algo semelhante poderia acontecer no festival de quadrilhas, evento do qual estava participando com sua família. Constatou ainda que, mesmo antes da votação do projeto, os eventos já estão se adequando às normas, reforçando que é obrigação da Casa prezar pelo bom andamento da administração pública e a segurança nos eventos públicos. Após a defesa, de acordo com o Regimento Interno, o Presidente prorrogou a sessão por mais quatro horas. Em aparte, o vereador Paulo Robson, aproveitando a menção ao festival junino, informou que as orientações estavam sendo repassadas, inclusive, destacando que os presentes no evento puderam perceber que a cerimonialista frequentemente abordava o tema da proibição. Retornando à palavra, o vereador Professor Nonato pediu que, se fosse entendimento dos pares, acompanhassem a



matéria, reforçando que o objetivo é garantir mais segurança e melhor qualidade aos frequentadores dos eventos do município. O vereador Zé de Zuza manifestou seu voto favorável, destacando que a propositura trará mais segurança aos foliões da cidade. Informou ainda que já havia refletido sobre a situação e constatado os riscos que as garrafas de vidro representam nos eventos, solicitando que os colegas também votem a favor. O vereador Júnior do Povo também parabenizou o vereador Professor Nonato pela iniciativa, externando compartilhar do mesmo entendimento. Informou que, quando está de plantão, atende muitos casos semelhantes ao relatado pelo colega, inclusive tendo atendido o jovem Robson, manifestando tristeza pelo ocorrido. Ressaltou a importância do caso para a elaboração do projeto, bem como o papel da medida para evitar a repetição de situações como essa. Em aparte, o vereador Paulo Geaneo também parabenizou o colega pela matéria, registrando que a proposta foi assertiva e que, em grandes cidades e eventos, essa medida já é adotada. Nessa mesma linha, o Presidente externou felicitações ao autor da matéria pela assertiva iniciativa. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Item 6: Parecer 038/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 019/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre as Diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual para o Exercício Financeiro de 2026 e dá outras providências. Após o anúncio da matéria, o relator Júnior do Povo sugeriu que, tendo em vista o número elevado de emendas — trinta ao todo — constantes no parecer favorável pela admissibilidade, fosse realizada apenas a leitura do esboço do texto final, acompanhado de sua recomendação conclusiva. Informou ainda que acatou todas as emendas apresentadas e que já havia encaminhado mensagem ao Poder Executivo nesse sentido. O vereador Paulo Robson destacou que o projeto foi amplamente discutido, enaltecendo o trabalho da Comissão Permanente, que, com a presença de outros vereadores e do Secretário Municipal de Governo, Ariovaldo Soares, permaneceu reunida até as 14 (quatorze) horas debatendo a matéria. Nesse sentido, agradeceu aos colegas da Comissão Permanente: o relator, vereador Júnior do Povo, e ao secretário, vereador Paulo Geaneo, pelo empenho. Diante disso, sugeriu que, se fosse entendimento da Mesa Diretora e dos demais parlamentares, a matéria fosse colocada em votação. O Presidente Deza Soares registrou que foi testemunha do trabalho da Comissão, inclusive tendo participado diretamente das discussões, oportunidade em que apresentou cinco emendas. Parabenizou a atuação da Comissão e o entendimento alcançado entre os membros para aprovação integral das emendas. Após a leitura, o relator Júnior do Povo agradeceu aos colegas da Comissão: o presidente Paulo Robson e o secretário Paulo Geaneo, bem como aos assessores da Casa pelas contribuições prestadas ao longo dos trabalhos. Agradeceu também ao assessor contábil da Casa e, pedindo desculpas ao Plenário pela citação, ressaltou a importância do parecer contábil, equiparando-o, em relevância, ao parecer jurídico. Após, a matéria foi posta em discussão e, não havendo, foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade com as emendas apresentadas. Item 7: Requerimento nº 081/2025, de autoria do Vereador Paulo Robson, solicitando envio de expediente ao Secretário de Recursos Hídricos do Estado do Ceará, o Sr. Fernando Matos Santana, solicitando a perfuração de um Poço Artesiano na Trilha do Sítio Poças. Após a leitura do requerimento, o vereador Paulo Robson agradeceu à secretária pela apresentação e destacou que a justificativa do texto já fundamentava de forma clara a importância da matéria. Ressaltou a relevância da instalação de um poço artesiano na trilha do Sítio Poças, projeto que há mais de 15 (quinze) anos contribui para a preservação da área florestal e, há 11 (onze) anos, promove a convivência harmônica entre a fauna local, turistas e praticantes de atividades esportivas, como corrida e ciclismo. Reforçou que a perfuração do poço trará benefícios significativos tanto para os animais quanto para os visitantes. Durante a discussão da matéria, o vereador Paulo Geaneo manifestou-se favorável ao requerimento, declarando-se defensor da proposição. Informou que, mesmo com o tempo limitado, costuma realizar visitas à população, tendo inclusive encaminhado, por meio do Ofício nº 002/2025, de 30 (trinta) de junho,



solicitação ao deputado Fernando Santana para a perfuração de poços artesianos em diversas localidades rurais do município, incluindo o Sítio Poças. Destacou que o requerimento é pertinente e chega em momento oportuno. Por fim, o Presidente também parabenizou a iniciativa, reconhecendo sua relevância para a população e o desenvolvimento da zona rural. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Encerrada a ordem do dia, o Presidente retomou ao relatório de atividades e informou que a Câmara Municipal possui, até o momento, 966 (novecentas e sessenta e seis) leis publicadas. Com a aprovação das matérias discutidas na presente sessão, o número de leis ultrapassará 970 (novecentos e setenta), abrangendo o período de 1966 (mil novecentos e sessenta e seis) a 2025 (dois mil e vinte e cinco). Ressaltou que todas essas legislações estão disponíveis para consulta pública no site oficial da Câmara Municipal. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Professor Deza Soares agradeceu a participação de todos os presentes, ouvintes e assessoria interna, bem como agradeceu a participação de todos os parlamentares nas votações e discussões feitas democraticamente, contribuindo com o Poder Executivo e, principalmente, com a população altaneirense. Após, declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 7 de julho de 2025.

Zauro Roberto Leit de Oliveira

Fernando Santana

Professor Deza Soares

Deza Soares

Fernando Santana

[Signature]

[Signature]